



Contribuição potencial de atividades agropecuárias selecionadas para o desenvolvimento regional do Noroeste gaúcho

Dilson Trennepohl¹
Carlos Aguedo Nagel Paiva²

Resumo

O presente estudo objetiva avaliar o potencial de contribuição das principais atividades agropecuárias para o desenvolvimento da Região Noroeste do Rio Grande do Sul e identificar alternativas de aproveitamento das potencialidades existentes, para subsidiar a definição de estratégias de desenvolvimento regional. A metodologia adotada envolve cinco momentos fundamentais: 1) identificar as atividades produtivas estruturantes; 2) avaliar as perspectivas de mercado em termos globais; 3) analisar o potencial competitivo da região nesses mercados diante das regiões concorrentes; 4) analisar as características técnicas da atividade e a organização de sua cadeia produtiva no território; e 5) dimensionar o efeito multiplicador sobre a geração de renda no território. Com base nos resultados dessa análise, foi possível identificar o potencial de contribuição para o desenvolvimento da região que cada atividade possui atualmente ou pode representar no futuro.

Recebimento: 20/9/2010 • Aceite: 21/2/2011

¹ Doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil(2010)

Professor Titular da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. End: Rua do Comércio, 3000. Universitário. Ijuí, RS – Brasil. E-mail: dilson@unijui.edu.br

² Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas. Docente da Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil. E-mail: carlosanpaiva@gmail.com

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Agropecuária; Potencialidades

Potential contribution of farming activities selected for regional development of North-West of Rio Grande do Sul

Abstract

This study aims to evaluate the potential contribution of the main farming activities for the development of the Northwest region of Rio Grande do Sul and identify alternatives of use of existing potential, to subsidize the definition of regional development strategies. The methodology adopted involves five fundamental moments: 1) to identify the structural productive activities; 2) assess the prospects for market overall; 3) analyse the competitive potential of the region in these markets in the face of competing regions; 4) analyze the technical characteristics of the activity and the organisation of its production chain in the territory; and 5) scale multiplier effect on the generating income in territory. Based on the results of this analysis, it was possible to identify the potential contribution to the development of the region that each activity currently has or can represent in the future.

Keywords: Regional Development; Agriculture; Potential

Introdução

A temática do desenvolvimento tem merecido a atenção de pessoas e instituições em busca de melhor compreensão de seus fenômenos e da elaboração de propostas de intervenção em sua dinâmica. A preocupação com a qualidade de vida da população, com os mecanismos centrais na determinação da dinâmica de desenvolvimento de distintos espaços sociais e com os impactos de diferentes ações das políticas públicas tem sido objeto de intensa atividade intelectual das ciências sociais, em especial da economia, desde seus primórdios. Adam Smith se propôs a realizar “Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações” e suas contribuições apontam para uma perspectiva em que a teoria serve como referência para a prática política, impulsionando os estudos posteriores da ciência econômica. A crescente tomada de consciência de que alguns países e regiões sofrem problemas econômicos e sociais crônicos vêm estimulando uma reflexão específica sobre suas causas, bem como sobre o desenvolvimento regional e suas especificidades.

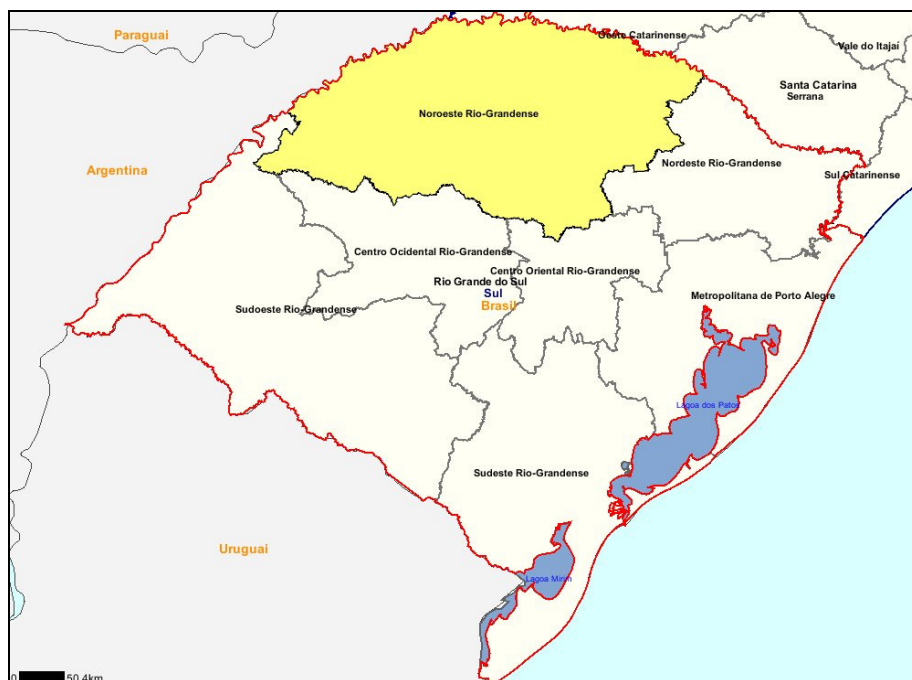
O processo de globalização das relações humanas e de integração econômica internacional que exerce forte pressão de homogeneização dos parâmetros econômicos e dos padrões culturais, paradoxalmente, também explicita as diferenças entre as regiões, altera as condições competitivas inter-regionais e modifica as escalas de valorização de especificidades locais e regionais. As transformações do contexto global produzem estímulos ao desenvolvimento local ou regional na forma de novas oportunidades e expansão do potencial de suas atividades econômicas, mas também geram riscos pelo surgimento de produtos substitutos, de produtores concorrentes ou de alteração das condições de competitividade.

Seus impactos sobre o desenvolvimento de cada região dependem das formas específicas que cada uma articula seus mecanismos internos de desenvolvimento e das relações que estabelece com o contexto externo. Para tanto, são decisivas políticas públicas elaboradas com base em qualificada leitura da realidade e articuladas através de estratégias políticas com potencial de sucesso.

Este estudo está focado na região Noroeste do Rio Grande do Sul, denominada pelo IBGE como Mesorregião Geográfica Noroeste Rio-Grandense, compreende 216 municípios e uma área territorial de 65.052 Km². As Mesorregiões Geográficas, instituídas pela Resolução da Presidência do IBGE n^o. 11, de 5 de junho de 1990, publicada no Boletim de Serviço da Instituição n^o. 1.774,

(...) são conjuntos de municípios contíguos, pertencentes à mesma Unidade da Federação, que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. (IBGE, 1990, p.8)

Figura 1: Localização da Região Noroeste do Rio Grande do Sul



Fonte: IBGE, 2010.

Localizada nas partes norte e noroeste do Estado, a região representa a maior parte do planalto basáltico, com relevo predominantemente ondulado e solos profundos. A grande faixa central

é composta por terras de campo limpo, entremeadas por capões de mata ciliar ao longo dos córregos formadores dos rios Jacuí (ao sul) e Uruguai (ao norte). Nesta área, que corresponde ao corredor dos tropeiros, desenvolveram-se historicamente a pecuária extensiva em estâncias de grandes dimensões e, a partir de 1960/70, as lavouras mecanizadas de trigo e soja em escala empresarial. A estrutura fundiária é bastante concentrada e a hegemonia do processo econômico é de granjeiros e estancieiros. Já na faixa de fronteira norte da região, à medida que se aproxima do rio Uruguai e de seus principais afluentes o relevo torna-se mais acidentado e os solos menos profundos e pedregosos. Nesta área, que corresponde às terras de mato da região, foram instaladas as “colônias novas”, através do assentamento de pequenos agricultores (lotes de 25 ha ou menores), para a derrubada da mata e o cultivo de alimentos diversos. Com uma densidade populacional maior e uma estrutura fundiária fragmentada, formou-se uma dinâmica complexa e multifacetada com o surgimento de centenas de núcleos urbanos e atividades econômicas diversificadas. Algo semelhante pode ser observado na margem sul da região, especialmente nas proximidades do rio Jacuí e seus afluentes.

As repentinas mudanças de paisagens culturais que se assinalam coincidem, na verdade, com os limites das zonas de mata com o campo. É, pois, a borda da mata que separa áreas tão diferentes. Mas as duas formações, a florestal e a campestre, por sua vez, não são uniformes. Apresentam variações, características ecológicas diferentes, que seriam suficientes para provocar modalidades diversas da ocupação humana. Mata e campo apresentam uma distribuição tão irregular que, aparentemente, se torna difícil correlacioná-la com outros fatores fisiográficos. (BERNARDES, 1997, p.42).

Portanto, é possível identificar um processo social e econômico hegemônico na região, condicionado pelas características naturais de topografia, clima, solo e vegetação e a peculiar configuração de sua estrutura fundiária com forte presença de pequenas unidades de produção familiar entremeadas aos latifúndios remanescentes e da produção agropecuária focada na lavoura de grãos e na pecuária intensiva de leite, suínos e aves.

Além dessa base econômica agropecuária apresenta uma importante participação na cadeia produtiva da indústria de máquinas e equipamentos agrícolas do Estado, que tem na região alguns de seus principais pólos (Passo Fundo, Erechim, Santa Rosa, Horizontina, Ijuí, Panambi e outros). Possui significativas interações no que tange ao mercado de trabalho, aos meios de transporte, à rede e hierarquia urbana, às universidades e centros de pesquisas, aos serviços de saúde. E possui certa homogeneidade no grau de investimentos públicos e dependência de recursos externos, no nível absoluto e no padrão distributivo da renda e nas potencialidades do solo para usos agrícolas.

Na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR aprovada em 2004, que se constitui em referência para a atuação do poder público, com abertura para a participação ativa da sociedade, podem ser encontrados elementos orientadores da pesquisa.

A PNDR tem o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, explorando a imensa e fantástica diversidade que se observa em nosso país de dimensões continentais. O foco das preocupações incide portanto sobre a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território.

Nessa direção, a PNDR oferece à sociedade brasileira um caminho para propiciar seu engajamento ativo na elaboração e condução de projetos regionais de desenvolvimento, envolvendo os entes federados, as forças sociais relevantes e os setores produtivos. A PNDR organiza um olhar sobre o conjunto do território do País, permitindo que as ações e os programas implementados sejam regulados a partir de um referencial nacional comum, capaz de produzir os efeitos desejados na redução das desigualdades regionais. (BRASIL – MI, 2004)

No Rio Grande do Sul, tais preocupações foram incorporadas na Constituição do Estado, elaborada em 1989, com enfoque na regionalização e democratização do planejamento das ações do poder público enquanto instrumento para o desenvolvimento. No artigo 18, a Constituição abre a possibilidade de incorporar à estrutura político-

administrativa do Estado o processo de descentralização do planejamento, quando explicita que “poderão ser instituídos órgãos ou entidades de apoio técnico de âmbito regional para organizar, planejar e executar integralmente as funções públicas de interesse comum” (RS: CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, 1989).

No âmbito desse debate, foram criados, pelo Governo Estadual, em 1991, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE) com o objetivo de descentralizar o planejamento e as decisões estratégicas relativas ao desenvolvimento de cada região. Com o direito e a responsabilidade de definir a alocação de uma parcela dos investimentos previstos no Orçamento do Governo do Estado, os COREDE foram desafiados a refletir sobre a identidade regional, elaborar diagnósticos socioeconômicos, estabelecer diretrizes de desenvolvimento e propor programas e projetos cuja implementação pudesse contribuir para alcançar os objetivos e as metas traçadas. Em 2009, o Fórum Estadual dos COREDE iniciou um processo de Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Regional, através do qual está realizando uma ampla reflexão sobre a realidade e a dinâmica de desenvolvimento de cada região e a elaboração de estratégias e ações a serem implementadas com o apoio das políticas públicas.

Na trajetória histórica da região Noroeste do Rio Grande do Sul podem ser identificados elementos que apontam para a existência de problemas em sua dinâmica de desenvolvimento e a necessidade de aprofundar a reflexão sobre a realidade regional. Estudos realizados nesse sentido fazem constatações relativas ao baixo desempenho da região em diversos indicadores de desenvolvimento em comparação com outras regiões, cujas razões precisam ser mais estudadas em profundidade.

Ao tratar do território aqui analisado o Ministério de Integração Nacional, órgão responsável pela execução da PNDR, faz uma leitura sobre a sua realidade no âmbito do diagnóstico que fundamenta suas ações de apoio ao desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrange o norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná. Esta mesorregião localiza-se em área de fronteira com a Argentina e compreende 396 Municípios, com área total de 121 mil quilômetros quadrados e população de 3.931.571 habitantes. Apesar de se constituir

em uma mesorregião de ocupação antiga, tem grau de urbanização relativamente baixo em relação ao resto do País, em torno de 65%, concentrando parcela significativa da população na zona rural.

Os grandes problemas da Mesorregião, na atualidade, podem ser resumidos nos seguintes itens: empobrecimento relativo da Mesorregião; pressão dos sistemas produtivos sobre os recursos naturais; crescente perda de dinamismo da economia regional, frente ao contexto de globalização e empobrecimento social da Mesorregião, decorrente da dificuldade de inserção da pequena propriedade rural no mercado, e as precárias condições de moradia de parcela significativa da população, com deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e educação. Como conseqüência dos fatores elencados, advém a baixa capacidade de absorção de mão-de-obra e retenção da população, gerando êxodo rural e emigração regional.

Verifica-se, também, uma grande disparidade da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul em relação ao restante da Região Sul. Apesar de a Mesorregião compreender um quarto do território e abrigar um quarto da população da Região, o seu Produto Interno Bruto representa pouco mais que um décimo do Produto Interno Bruto da Macrorregião Sul. Além disso, o PIB per capita da Mesorregião (US\$ 3.285) é 40% menor que o da Região Sul (US\$ 5.320).

Apesar da existência de alguns centros industriais na Mesorregião, com relativa diversificação, porém fora do eixo de dinamismo da economia macrorregional, a agropecuária e a agroindústria constituem a base da sua estrutura produtiva. Nesse aspecto, os produtos de maior relevância são grãos, suínos, aves, bovinos de corte e leite, frutas, erva-mate e fumo.

Ressalta-se, também, a grande concentração de propriedades rurais de até 100 hectares na área de abrangência da Mesorregião. Ao

mesmo tempo, deve-se considerar que, apesar de o segmento das pequenas propriedades possuir relevante importância na base produtiva da Mesorregião, é também o mais vulnerável.

Em síntese, a caracterização sócio-cultural, política e geo-econômica da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul demonstra, de um lado, um conjunto de problemas econômicos e sociais que precisam ser tratados pela parceria entre o poder público, setor privado e organizações da sociedade civil e, de outro, o grande potencial de alavancagem do desenvolvimento a partir da potencialização do seu capital social e natural. Dessa forma, fazem-se necessárias ações que reforcem o processo de cooperação, materializando esses esforços em uma ação de desenvolvimento integrado e sustentável, pela mobilização do potencial de desenvolvimento endógeno e objetivando a redução das desigualdades econômicas, sociais e regionais. (BRASIL – MI, 2004)

Para realizar um estudo na perspectiva de explicitar um processo de desenvolvimento regional de longa duração e de contribuir na identificação de causas ou de fatores críticos que promovem ou impedem o desenvolvimento econômico da região noroeste foi necessário um referencial teórico apropriado. Além de possibilitar uma análise consistente da região, a teoria utilizada precisa contribuir para a identificação de possíveis ações de intervenção das políticas públicas e do planejamento estratégico dos agentes econômicos, bem como de seus resultados potenciais. O referencial utilizado foi elaborado por Douglass North e tornou-se conhecido no contexto acadêmico com a Teoria da Base Exportadora.

Um esforço preliminar de leitura da realidade regional na perspectiva teórica de North permite perceber que desde o início da ocupação do território regional por portugueses e espanhóis (séculos XVII a XIX), os interesses definidores do processo de desenvolvimento estão relacionados com os mercados externos à região. No caminho dos tropeiros, caçadores de escravos e mulas para o trabalho no centro do país e, posteriormente, de gado bovino para atender o mercado paulista, surgiram as primeiras estâncias e as freguesias (povoados).

Os caboclos adentraram as densas matas da região em busca da erva-mate, mercadoria com ampla demanda externa, abrindo picadas para escoar a produção e clareiras para fixar suas moradias.

Mais tarde, no processo de colonização por imigrantes europeus e seus descendentes, a lógica de mercado estava incorporada no modelo estratégico. A compra dos lotes e seu pagamento em parcelas anuais determinaram a necessidade básica de obtenção de renda monetária através da venda de seus produtos para mercados externos à região. Foi preciso muito esforço dos colonos na busca de alternativas de produção, viáveis em termos de mercado, diante das enormes dificuldades de acesso e dos altos custos de transferência para alcançar os centros consumidores. A fartura da oferta local e as dificuldades de transporte praticamente descartaram a madeira do rol de possibilidades, por exemplo. Produtos perecíveis tinham poucas chances de viabilização. Os principais destaques positivos foram os derivados da pecuária colonial, como a manteiga, o queijo, o salame e a banha de porco, bem como a produção de cereais, como o trigo, a cevada, o centeio e o milho. O acesso à ferrovia exerceu um papel decisivo para a viabilização da produção colonial.

Com o processo de modernização da agropecuária brasileira, a região recebeu estímulos para o desenvolvimento de sua produção para a exportação. Inicialmente, o trigo foi considerado como o carro-chefe para o qual foram canalizados esforços e investimentos públicos e privados. Em 1957, foram criadas dezenas de cooperativas tritícolas com a missão de constituir uma vasta estrutura de armazenagem, transporte, comercialização, crédito rural e assistência técnica. Posteriormente, toda a estrutura criada foi redirecionada para a soja, cujo desenvolvimento foi decisivo para definir as características atuais da região.

O desenvolvimento de outras atividades agropecuárias, como a pecuária leiteira, a suinocultura e a avicultura, em novo patamar tecnológico, constitui um processo de diversificação da base exportadora, reiteradamente proposto pelas lideranças políticas, mas implementado apenas parcialmente. No âmbito industrial, desenvolveu-se um amplo setor da indústria metal-mecânica, especialmente focada na produção de máquinas e equipamentos agrícolas, silos, armazéns e secadores de grãos, etc., cujo mercado principal extrapolou há muito a região. Também podem ser identificadas, facilmente, atividades subsidiárias aos setores de exportação, cujo desenvolvimento contribui para reforçar as condições

de competitividade dos mesmos, mas também na ampliação das oportunidades de geração de emprego e renda.

Por fim podem ser apontadas as atividades voltadas a atender o consumo local ou doméstico da região. São atividades cuja lógica econômica é de procurar produzir na região aqueles bens e serviços demandados pela população local ao invés de simplesmente importá-los. Neste conjunto podem ser elencados os produtos hortigranjeiros, a indústria de calçados e vestuário, a construção civil, bem como os serviços de saúde, de educação, de esporte, lazer e recreação, de assistência social, de segurança e de assistência técnica em geral.

Embora o desenvolvimento seja um processo complexo, dinâmico e multifacetado, as determinações econômicas são uma parte essencial desse conjunto, de forma que buscar um melhor entendimento sobre as potencialidades e os limites existentes para a viabilização das atividades econômicas constitui um elo fundamental na construção de propostas para o desenvolvimento de uma região.

O exame mais detalhado das diversas atividades econômicas existentes, especialmente das potencialidades que elas representam, poderá fornecer elementos importantes para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento para a região. A utilização de uma nova perspectiva teórica na abordagem do desenvolvimento da região noroeste poderá representar maior consistência da análise e alguma originalidade nas proposições. A reflexão sobre a trajetória histórica do desenvolvimento regional é fundamental para identificar os problemas recorrentes, valorizar as experiências vivenciadas e sintonizar as proposições do estudo com as articulações políticas existentes.

Em tais circunstâncias foram definidos como objetivos do estudo a avaliação do potencial de contribuição das principais atividades agropecuárias para o desenvolvimento da Região Noroeste do Rio Grande do Sul e a identificação de alternativas de aproveitamento das potencialidades econômicas existentes na região, com vistas a apoiar e subsidiar a definição de estratégias de desenvolvimento regional.

Para tanto foi necessário um esforço para a definição da metodologia utilizada na identificação das atividades produtivas estruturantes da economia do território e na hierarquização das mesmas a partir da avaliação de sua capacidade de impulsionar a geração e apropriação da renda para o desenvolvimento regional.

Metodologia

De acordo com o referencial teórico de North, a expansão de um setor de exportação é uma condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento regional. A continuidade e o aprofundamento do desenvolvimento regional dependem da maior ou menor capacidade do setor exportador de sustentar a expansão e diversificar a produção regional. Um aspecto fundamental a avaliar, nesse sentido, é a forma como é utilizada a renda recebida de fora da região. Para conhecer essa e outras características das atividades econômicas básicas da região e as potencialidades que elas representam para o desenvolvimento regional, é necessário estabelecer uma metodologia de análise, orientada pelos fundamentos teóricos, que possibilite explicitar os aspectos centrais da questão.

A metodologia adotada para avaliar o potencial de contribuição que uma atividade produtiva representa para o desenvolvimento de uma região envolve cinco momentos fundamentais: 1) identificar as atividades produtivas estruturantes da economia regional; 2) avaliar as perspectivas do mercado destas atividades em termos globais; 3) analisar o potencial competitivo da região nesses mercados tendo em vista o potencial das regiões concorrentes; 4) analisar as características técnicas da atividade, a organização de sua cadeia produtiva e a articulação com atividades complementares e subsidiárias no território; e 5) dimensionar o impacto econômico da atividade através de seu efeito multiplicador sobre a geração de renda no território. Com base nos resultados dessa análise, é possível identificar o potencial de contribuição para o desenvolvimento da região que cada atividade possui atualmente ou pode representar no futuro.

1 Identificação das atividades econômicas estruturantes

Nesta primeira parte da análise, foi feito um resgate das características gerais das atividades econômicas da região, dando conta da origem, da trajetória histórica e das circunstâncias de sua constituição como atividade estruturante na economia da região. Foram importantes os dados sobre a evolução da produção regional, estadual e nacional e os aspectos considerados relevantes para as atividades, num esforço de contextualização.

No processo de identificação, foram selecionadas, em primeiro lugar, as atividades que produzem mercadorias destinadas a mercados externos ao território regional (base exportadora) e que se encontram

consolidadas na região. Por atividades consolidadas, entende-se ser aquelas que apresentam Quociente Locacional – QL superior a unidade, embora esse não tenha sido o único critério de seleção, pois trata-se de um indicador muito influenciado pelo padrão de produção do espaço tomado como região de referência (nesse caso, o Rio Grande do Sul).

O mais importante é que a atividade seja exportadora (vale dizer: seja uma atividade básica, porquanto orientada a atender uma demanda autônoma em relação à dinâmica local) e seja responsável por uma parcela expressiva da ocupação dos fatores de produção e da geração e apropriação de renda na região. Vale observar que se buscou identificar a capacidade de geração direta e indireta de emprego e renda da atividade, privilegiando aquelas atividades que apresentam uma cadeia produtiva mais expressiva na região. E isto porque, quando há cadeia, se são mobilizados estímulos consistentes ao setor, a geração de emprego e renda regional é objeto de multiplicação à jusante e à montante, ampliando a multiplicação do efeito renda. Já neste momento fica clara a importância das cadeias da soja, do trigo, da pecuária leiteira, da suinocultura e da avicultura.

Foram objeto de atenção especial as características da inserção de cada atividade na economia da região de estudo e os elementos determinantes de sua evolução local. Assim como a região foi assumindo importância nas diversas atividades, cada uma das atividades foi assumindo importância crescente na economia da região, na interação de competição ou complementaridade com as demais.

Todas as cinco atividades selecionadas estão ligadas diretamente à produção agropecuária e são compostas pelas respectivas cadeias agroindustriais. Além destas, poderiam também ter sido analisadas atividades tipicamente urbanas, que não possuem uma relação de dependência com a agropecuária regional. É o caso da indústria metal-mecânica, que surgiu como fornecedora de ferramentas, equipamentos e máquinas para os agricultores da região, mas já se desenvolveu suficientemente para constituir-se em nova base exportadora da economia regional. Ocorre que a inclusão dessa atividade, com suas especificidades, criaria novas dificuldades metodológicas para o estudo e problemas de comparabilidade dos resultados alcançados. Assim, apesar de reconhecer a importância dessa atividade na economia regional, optou-se por circunscrever a análise às atividades especificamente agropecuárias, incorporando a indústria de transformação tão somente naqueles segmentos onde esta

é complementar e agregadora de valor à jusante das atividades primárias.

2 Perspectivas de mercado para as atividades selecionadas

Uma atividade econômica somente poderá representar alguma potencialidade para o desenvolvimento de sua região se tiver boas perspectivas de mercado. Afinal, o critério básico de seleção (base exportadora) está fundamentado exatamente na existência de uma demanda externa e, por consequência, autônoma em relação à dinâmica econômica da região. Por isso, é de importância central para todo o estudo a análise das perspectivas de comportamento do mercado para os principais produtos de cada atividade. A avaliação do potencial mobilizatório das distintas atividades inicia pelas características gerais do mercado global das mesmas.

Esse é o momento mais delicado e complexo da pesquisa, pois envolve uma projeção sobre o futuro, que se realiza sob condições de incerteza. A rentabilidade esperada (futura) de uma atividade depende de um número excessivo de variáveis (oferta dos concorrentes atuais e potenciais; evolução das preferências dos consumidores; emergência de substitutos mais baratos; evolução climática do território e de seus concorrentes atuais e potenciais, etc., num mundo globalizado), para que se possa fazer um cálculo probabilístico qualquer e determinar o grau de confiança que se pode ter na probabilidade apurada.

Mas incerteza³ não é sinônimo de indeterminação. Até porque, o que se faz necessário, de fato, não é calcular com precisão a demanda futura, mas hierarquizar as distintas atividades abertas à especialização regional a partir de dois critérios: 1) a expectativa que se tem da taxa de crescimento da demanda no mercado global pelos produtos de cada atividade; e 2) a capacidade dos produtores da região em acessar esse mercado e o grau de competitividade atual e potencial do território *vis-à-vis* os concorrentes (atuais e potenciais). Esse segundo movimento cumpre o papel de uma espécie de “garantia”

³ Uma reflexão sobre o papel da incerteza pode ser encontrada em ALESSANDRO VERCELLI:

Keynes evoca duas medidas diferentes de incerteza: uma medida de primeira ordem (*probabilidade*), que se refere às melhores estimativas possíveis da “plausibilidade” da ocorrência de eventos, e uma medida de segunda ordem (*peso do argumento*), que se refere à confiança atribuída à medida de primeira ordem. Só é preciso levar em conta a medida de segunda ordem quando a confiança nas estimativas probabilísticas não é completa, i.e., quando o grau de incerteza percebida é severo (ou “forte”). (VERCELLI, 1999. p.24)

frente a incerteza inerente à projeção de demanda (primeiro movimento). E isto porque, quanto maior for a vantagem competitiva atual (ou potencial, ou estrutural) num determinado produto, maior a possibilidade de manter a rentabilidade dos negócios diante dos distintos padrões possíveis de evolução da demanda no futuro.

Vale observar que é essa avaliação de demanda e capacidade competitiva relativa (*vis-à-vis* a competitividade dos territórios que já operam no segmento) que, de um lado, induz a apostar (ainda que num primeiro momento) na soja, na pecuária leiteira e na suinocultura e que faz duvidar das potencialidades do trigo.

O crescimento econômico acelerado que ocorre há vários anos e tende a persistir nos países da Ásia (China, Índia, etc.) contribuindo para a melhoria da renda e do poder de compra de enormes contingentes populacionais é um indicador fundamental na projeção do crescimento da demanda mundial por alimentos protéicos como as carnes e os laticínios. A China, considerada o atual centro dinâmico da economia mundial, apresenta o maior déficit comercial desses produtos e, apesar de seu esforço produtivo interno, deve continuar ampliando o volume de suas importações no futuro próximo. Portanto, haverá espaço para ampliação dessas atividades no plano mundial e a região possui características que lhe permitem disputar fatias crescentes desse mercado.

Na esteira do crescimento da demanda pelos produtos da pecuária (suínos, aves, ovos, leite, etc.), é possível projetar um crescimento da demanda pelos insumos utilizados nesta produção. A soja responde pela maior parte dos farelos protéicos utilizados na composição das rações para animais e, certamente, terá ampliada sua demanda mundial por tais circunstâncias. Considerando que diversos produtores mundiais têm dificuldades para ampliar as áreas destinadas ao seu cultivo (em diversas regiões, especialmente da China, ocorrem processos de substituição da produção mais extensiva de grãos por atividades mais intensivas, como frutas, hortaliças e outras) tende a continuar existindo um estímulo de mercado para a produção de soja no Brasil e, também, na região.

Situação bem diversa é a que se apresenta para a triticultura, cuja demanda mundial tende a acompanhar o ritmo do crescimento populacional. Não há indícios que apontem para um crescimento significativo do consumo per capita e o ritmo menor de crescimento da população aponta para um quadro de pouca expansão da demanda. Além disso, as condições de competitividade brasileira e regional têm sido precárias, devido, entre outras razões, às características

edafoclimáticas locais que dificultam a obtenção de níveis de produtividade e qualidade próximas aos padrões internacionais. A concorrência da produção argentina é muito forte e direta, pois, além de suas vantagens naturais, conta com as condições criadas no âmbito dos compromissos de contrapartida do MERCOSUL.

A importância da demanda é tamanha, que a identificação de segmentos com grande potencial de expansão pode levar à sua inclusão dentre as alternativas de especialização produtiva do território, mesmo que a região não tenha uma grande tradição na atividade, nem sequer apresente uma cadeia produtiva consolidada internamente no segmento. Foi esse fator que, justamente, fez incluir a avicultura dentre os segmentos produtivos a serem analisados, a despeito de a região apresentar uma participação muito menos expressiva nesse segmento do que em outros já elencados.

Na avaliação do mercado futuro para os diversos produtos foram, tomadas, como referência, inicialmente, as avaliações dos principais órgãos e instituições voltados à prospecção da oferta e da demanda futura de produtos agrícolas, tais como FAO, UNCTAD, USDA, MAPA, entre outros. Mas foram agregadas às análises desses organismos, expectativas com relação à evolução global do mercado mundial, que não correspondem, necessariamente, à análise dos mesmos. De forma particular, foram introduzidas quatro inflexões às análises tradicionais das instituições supra-referidas: 1) uma postura mais cética do que os órgãos oficiais do sistema ONU acerca do sucesso da rodada de Doha no que diz respeito à abertura dos mercados agropecuários dos países capitalistas centrais; 2) a aposta de que o diferencial entre as taxas de crescimento da demanda de bens agropecuários da Ásia (novo pólo dinâmico da economia mundial) e da zona do Atlântico Norte será ainda maior do que a apontada usualmente pela literatura oficial; 3) o entendimento de que a estrutura produtiva atual da agropecuária asiática será alterada a partir de estratégias governamentais para internalizar a produção de produtos intensivos em mão de obra (pecuária confinada e fruticultura), ampliando fortemente a importação de grãos (em particular, da soja); 4) a avaliação de que o Brasil manterá taxas de crescimento econômico relativamente estáveis, superiores à média mundial e inferiores à média das novas potências asiáticas (mormente a China), e que este crescimento interno estará fortemente assentado na demanda por bens alimentares de elasticidade renda superior à unidade, que se beneficiam do crescimento da participação das classes C e D no produto interno; e 5) a hipótese de que o Brasil manterá

essencialmente inalterada a atual política monetário-cambial, de forma que preço e rentabilidade interna da produção de *commodities* agrícolas continuarão achatados por um Real relativamente sobrevalorizado.

Tomadas em seu conjunto, essas inflexões levam a projetar um crescimento do mercado discretamente inferior ao apontado pelos órgãos oficiais, uma disputa muito acirrada por fatias do mercado mundial de carnes e leite, bem como a manutenção do ritmo de expansão das importações de soja pelos países asiáticos.

O objetivo fundamental desta análise é identificar as tendências de longo prazo para o comportamento da oferta, da demanda e dos preços. São as tendências de longo prazo que permitem avaliar a capacidade estrutural da atividade para viabilizar um retorno efetivo aos investimentos necessários ao seu desenvolvimento.

3 Capacidade de acesso e competitividade da região no mercado

As perspectivas de expansão do mercado são importantes para quem tem condições de acessar e de sustentar-se no mesmo, mas não são suficientes para os produtores marginais, que tendem a ser expulsos por territórios mais eficientes. Para ter acesso qualificado aos grandes mercados, especialmente a suas faixas mais rentáveis, é importante possuir uma capacidade produtiva compatível com os níveis de qualidade, produtividade e custos internacionais, bem como dispor de uma estrutura adequada e de um sistema de serviços que não apenas viabilize a comercialização eficiente como, na medida do possível, permita a apropriação do valor agregado “depois da porteira” por agentes do próprio território. Cada produto possui seus requisitos específicos de transporte, conservação, classificação, padronização, fiscalização, dentre outros, que poderão implicar diferenciais de competitividade regional.

A análise da trajetória histórica de participação da região no mercado nacional e mundial em cada atividade permite identificar as características determinantes de sua capacidade competitiva. Na evolução dos dados estatísticos é possível perceber a importância e o peso relativo que representam os diversos aspectos da competitividade em cada circunstância de mercado. Os avanços ou recuos nas fatias de mercado ocupadas pela região estão associados aos efeitos das políticas públicas e aos diferenciais de qualidade, produtividade e custos de cada atividade.

A capacidade produtiva de uma região está relacionada, em primeiro lugar, às condições naturais de produção. Neste sentido, é de fundamental importância identificar as características necessárias para que a produção de cada atividade ocorra adequadamente e a relação de tais necessidades com as características existentes na região. Foi o caso das vantagens competitivas apresentadas pela região em termos de solo, topografia, vegetação, clima e estrutura fundiária que viabilizaram o desenvolvimento da produção de trigo e de soja nos anos de 1950 a 1980. O avanço da fronteira agrícola nacional para o oeste do Paraná e, especialmente, para a região dos cerrados do Centro-Oeste brasileiro possibilitou o desenvolvimento da produção destas culturas em condições naturais mais favoráveis e retirou parte da competitividade regional nas mesmas.

Em segundo lugar, a capacidade competitiva de uma região está relacionada com as condições criadas pelos agentes privados e pelos órgãos de execução das políticas públicas. Tais condições, dizem respeito ao desenvolvimento da pesquisa para obtenção de variedades mais produtivas, insumos mais baratos ou mais eficazes, qualificação da infraestrutura de energia, transporte, comunicação, etc. necessária para o desenvolvimento dos serviços de comercialização da produção ou de acesso aos fornecedores de máquinas, equipamentos e insumos necessários a produção, existência de sistemas de crédito rural e de assistência técnica e extensão rural que permitam o fomento das inovações tecnológicas. As condições criadas ou produzidas pelos agentes econômicos, com o apoio governamental, normalmente, estão relacionadas às condições naturais existentes e contribuem para eliminar, superar ou amenizar os efeitos de obstáculos a competitividade e/ou para melhorar o aproveitamento de potencialidades existentes.

A capacidade competitiva estrutural da região em cada atividade econômica precisa ser percebida na evolução da situação efetiva de mercado e não apenas em termos abstratos ou hipotéticos. Os diferenciais de produtividade, qualidade e custos (de produção e de transferência) podem sofrer alterações significativas ao longo do tempo e a análise dessa evolução pode apontar elementos de determinação da capacidade competitiva regional.

4 Articulação dos sistemas de produção e das cadeias agroindustriais

Em relação ao sistema produtivo de cada atividade econômica interessa analisar as características da estrutura produtiva existente, a

articulação da cadeia agroindustrial e a necessidade/viabilidade do desenvolvimento de atividades complementares e subsidiárias. É necessário identificar os elos dinâmicos da cadeia ou os segmentos que possuem a hegemonia na determinação das relações de produção.

As especificidades do processo de produção e de comercialização são analisadas com o objetivo de explicitar distintas possibilidades de comportamento dos sujeitos participantes do mercado e seus reflexos na região. Enquanto a produção de grãos (trigo, soja, etc.) apresenta poucas exigências de processamento junto aos locais de produção, facilitando o transporte *in natura* e a industrialização junto aos centros de consumo, a produção animal (leite, suínos, aves, etc.) exige um processamento imediato em virtude da perecibilidade e possibilita uma transformação com agregação de valor que amplia a sua rentabilidade e reduz os custos de transferência.

Em virtude das características específicas de cada atividade, é possível identificar os determinantes da integração técnico-produtiva de sua respectiva cadeia agroindustrial e as bases econômicas de distribuição da cadeia no território. A presença de uma quantidade maior dos elos da cadeia na região poderá implicar maior capacidade da atividade em gerar efeitos indiretos e impactos positivos na economia da região

Importa conhecer como é definido o patamar tecnológico, a programação das quantidades ofertadas/demandadas, a dinâmica dos preços e o grau de autonomia dos produtores, para introduzir inovações ou diversificar suas relações comerciais. De igual modo, a disponibilidade de fatores de produção, a integração produtiva, gerencial e de capital do setor, bem como a escala e os níveis de produtividade e custos. Em muitos casos, os impactos ambientais efetivos ou potenciais também são relevantes.

Em certas atividades, como a suinocultura e a avicultura, ocorre, com frequência, a formalização das relações de produção e comercialização através dos contratos de integração em que são definidos os procedimentos e as responsabilidades das partes envolvidas. Nesses casos há uma clara hierarquia na determinação das quantidades produzidas e das técnicas utilizadas na produção e no processamento. Tais condições estão completamente ausentes na produção de grãos (trigo e soja) e são incipientes na pecuária leiteira, com reflexos na heterogeneidade dos sistemas de produção que convivem no mesmo mercado.

A partir das características de articulação dos sistemas de produção das diversas atividades, é possível perceber como é determinada a sua dinâmica de desenvolvimento, expansão ou qualificação. A capacidade dos agentes econômicos hegemônicos em coordenar as ações de investimento ou transformação de responsabilidade dos demais agentes da cadeia pode influir decisivamente na dinâmica atual da atividade e em seu potencial de expansão.

5 Efeito multiplicador de cada atividade no valor adicionado da região

Tão importante como estudar as possibilidades de sucesso de cada atividade é a identificação das conseqüências geradas pelas mesmas no conjunto da economia regional, em sua dinâmica atual e na hipótese de sua expansão. Interessam observar o volume e a distribuição da renda gerada na atividade, os fluxos financeiros produzidos e as atividades subsidiárias e complementares mobilizadas pela base exportadora. Aspectos como o valor agregado, a geração de empregos, a arrecadação de impostos, os investimentos, a rentabilidade e a atração de novos capitais para a região são igualmente relevantes para inferir o potencial de impacto no desenvolvimento regional.

São tantos os aspectos relevantes nesta perspectiva, que se tornou necessário um esforço metodológico de organização dos mesmos na forma de um indicador de impacto que pudesse ser obtido como resultado dos dados de cada atividade. Para tanto, foi elaborado um multiplicador de impacto de cada atividade econômica no Valor Adicionado da região. Esse multiplicador identifica com alguma proximidade os efeitos produzidos pelo desenvolvimento de uma atividade econômica no conjunto da economia regional.

Esta elaboração foi feita em dois momentos. Num primeiro momento, buscou-se identificar os padrões “normais” de processamento à jusante e integração à montante de distintas atividades agropecuárias a partir da literatura e das evidências empíricas existentes. Nesse momento, foram identificadas as diferenças estruturais entre a pecuária (em particular, a pecuária leiteira e de animais de pequeno e médio porte) e a lavoura (em particular, as lavouras de grãos “multiuso” – como a soja e o trigo).

Para além de uma análise geral, contudo, procurou-se identificar os impactos efetivos, diretos e indiretos, das distintas atividades no território. Essa tentativa envolveu o enfrentamento, em

primeiro lugar, de um problema teórico-metodológico. O instrumento mais adequado para a avaliação dos impactos diretos e indiretos de uma atividade qualquer é a matriz de insumo produto, porém: 1) só está disponível a MIP para o conjunto do Rio Grande do Sul e não para a região de estudo; 2) a construção de uma matriz regional não é impossível (a partir do cruzamento dos dados da MIP-RS com a RAIS e o Censo Agropecuário, que geram informações por municípios e regiões), mas tomá-la por referência envolveria sobrestimar o potencial indutor dos produtos com cadeias já consolidadas internamente (trigo e soja) em detrimento dos segmentos cuja integração interna ainda não é tão significativa, e que pode vir a ser se as lideranças econômicas e políticas regionais se articularem para apoiar o segmento (como a pecuária avícola, por exemplo).

Optou-se, assim, por trabalhar com a MIP-RS, pois ela traduz o impacto indireto das distintas atividades nas quais o Rio Grande do Sul como um todo tem tradição. Isso significa dizer que, se a região noroeste optasse por se especializar nessas atividades dificilmente se interporiam quaisquer obstáculos nos planos do domínio técnico-produtivo (*know-how*) ou da disponibilidade de capitais para o adensamento da cadeia produtiva no território.

Seu cálculo, com base nas informações disponíveis, consiste nos seguintes passos:

- a. O ponto de partida do cálculo é o Valor Bruto da Produção Agropecuária – VBPA em cada atividade. Esse dado foi obtido na Tabela 3 da Matriz Insumo-Produto do Rio Grande do Sul – MIPRS-2003 (Trigo em Grão R\$ 1.982 milhões; Soja em Grão R\$ 5.982 milhões; Leite Natural R\$ 1.364 milhões; Aves Vivas R\$ 2.049 milhões; e Bovinos e Suínos R\$ 3.156 milhões). Foi necessário fazer a desagregação do valor correspondente a Bovinos e Suínos, o que foi feito considerando o volume dos abates (peso de carcaças) durante o ano de 2003, informado pelo IBGE, e os preços relativos entre os dois tipos de carne (preço das carcaças no atacado), informado pelo IPEA, produzindo um resultado de 44,38% para Bovinos e 55,62% para Suínos⁴. Todos os valores estão expressos em Reais correntes de 2003 e são referentes ao Rio Grande do Sul.

⁴ Segundo a Pesquisa Trimestral de Abates do IBGE, o volume total de abates no Rio Grande do Sul durante o ano de 2003 foi de 952 mil toneladas de carne bovina (peso de carcaça) e 1,31 milhão de toneladas de carne suína (peso de carcaça). Considerando o preço médio praticado no mercado interno brasileiro (preço de atacado para carcaças) de R\$ 1,47/Kg para bovinos e R\$ 1,34/Kg para suínos chegou-se a uma participação

- b. O segundo passo consiste na análise da composição do Valor Bruto da Produção –VBPA de cada atividade considerando o percentual de participação de cada item no custo da produção agropecuária. Esse é um passo fundamental para dimensionar os efeitos diretos e indiretos nos setores situados à montante da produção agropecuária, cuja produção é demandada pelas atividades selecionadas. Foram utilizadas as Planilhas de Custo elaboradas por entidades ligadas a cada setor e que realizam tais estudos sistematicamente (FECOAGRO para trigo e soja; CONAB/DIGEM/SUINF/GECUP para o leite; e CONAB/EMBRAPA para suínos e aves).
- c. Na seqüência, foram considerados os valores acrescidos pelos demais elos das cadeias produtivas, especialmente das indústrias processadoras. As tabelas 4A e 4B da MIPRS-2003 forneceram os dados do Valor Bruto da Produção, do Consumo Intermediário e do Valor Adicionado pelos diversos setores da economia gaúcha. Para evitar a dupla contagem, foram excluídos os valores correspondentes ao Consumo Intermediário dos produtos agropecuários específicos (já computados no VBPA) e aqueles valores referentes ao autoconsumo de cada cadeia produtiva. Esse passo permite dimensionar os efeitos diretos e indiretos nos setores situados à jusante da produção agropecuária. O Valor Bruto da Produção Industrial de cada atividade foi decomposto com base nos itens do Consumo Intermediário e do Valor Adicionado constantes nas tabelas 4A e 4B da MIPRS-2003, de acordo com a participação de cada produto no respectivo setor industrial⁵ (trigo = 12,72% do Beneficiamento de Produtos Vegetais; soja = 100% da Indústria de Óleos Vegetais; leite = 100% da Indústria de Laticínios; aves = 52,74% do Abate de Animais; e suínos =

ponderada no valor bruto da produção de 44,38% para os bovinos e 55,62% para os suínos.

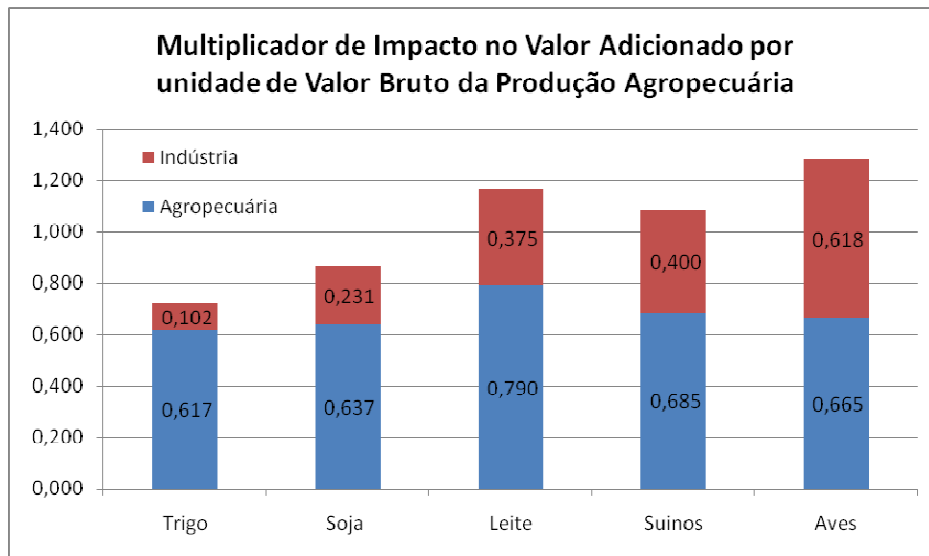
⁵ As tabelas da MIPRS apresentam os dados dos setores industriais de forma mais agregada do que seria necessário para esta pesquisa. O setor de Beneficiamento de Produtos Vegetais abrange o arroz, o trigo, o milho e outros produtos vegetais e a determinação dos 12,7% de participação do trigo no total do setor foi feita com base na participação da farinha de trigo no VBPI do setor. Já a soja e o leite respondem por 100% do VBPI das respectivas indústrias. O abate de animais está ainda mais agregado e foi necessário determinar um percentual de participação de cada atividade no setor proporcional ao VBPI, resultando em 52,74% do Abate de Animais para aves e 26,3% para suínos.

26,3% do Abate de Animais – considerando a participação dos produtos no valor bruto de cada setor).

- d. O passo seguinte foi a identificação do Multiplicador de Impacto Direto e Indireto no Valor Adicionado para a economia do Rio Grande do Sul, resultante de cada item componente do Valor Bruto da Produção de cada Cadeia Agroindustrial. Os dados relativos aos itens integrantes do Consumo Intermediário foram obtidos na Tabela 21 da MIPRS-2003, considerando a participação ponderada dos diversos setores no fornecimento dos fatores de produção que compõem a respectiva cadeia produtiva. Os índices utilizados resultam da soma das duas colunas (direto e indireto) para cada um dos setores fornecedores. Não foi considerado o Efeito-Renda, pois, na MIPRS, ele foi determinado proporcionalmente aos dois efeitos anteriores. Entendeu-se não ser pertinente fazer diferenciações setoriais do efeito renda e sim apontar para possíveis diferenças oriundas de sua distribuição entre os agentes econômicos. Já para os demais itens (remuneração do trabalho e excedente econômico) que compõem o Valor Adicionado, o multiplicador foi considerado integralmente (1,000).
- e. O produto entre o valor absoluto de cada componente do Valor Bruto da Produção de cada cadeia produtiva e o Multiplicador de Impacto (direto e indireto) dos respectivos setores fornecedores desses componentes resultou na composição do Valor Adicionado pela cadeia.
- f. A razão entre o Valor Adicionado na produção agropecuária com o VBPA representa o indicador de impacto desta parte da cadeia (produção primária) e a razão entre o Valor Adicionado Total com o VBPA representa o indicador de impacto (direto e indireto) de toda a cadeia. Como não foi considerado, nesse cálculo, o Efeito-Renda, além dos indicadores de impacto calculados, há que se considerar que a elevação da renda gerada na região pelas diversas atividades produz também seus efeitos multiplicadores.

Os resultados obtidos não correspondem exatamente ao território da região noroeste e sim aos impactos produzidos na economia do Rio Grande do Sul como um todo. Não obstante, na medida em que as interações econômicas entre as diversas regiões do Estado são fluidas e de grande intensidade os efeitos especificamente regionais tendem a ser semelhantes.

Gráfico 1: Multiplicador de impacto do valor adicionado por unidade de Valor Bruto da Produção Agropecuária



Fonte: elaboração com base na MIPRS-2003.

6 Potencial de contribuição de cada atividade para o desenvolvimento regional

À medida que interessa avaliar o potencial de contribuição ao desenvolvimento regional que cada atividade econômica representa, torna-se necessário fazer uma sistematização dos aspectos identificados anteriormente.

A sistematização começa pelo resgate da análise sobre a importância econômica que a atividade teve ao longo de sua trajetória histórica e as consequências para o conjunto da economia regional decorrentes de seu desenvolvimento até o presente. Em seguida, considera as perspectivas existentes para a expansão da atividade nos próximos anos, bem como as circunstâncias em que tal expansão tenderá a ocorrer.

Com base nestas perspectivas (crescimento, estagnação ou decréscimo) da atividade, é possível identificar possíveis repercussões dessas tendências no desenvolvimento da região. O efeito multiplicador calculado no item anterior expressa quantitativamente a capacidade atual de geração de efeitos diretos e indiretos no valor adicionado regional. Diante da possibilidade de ampliação das atividades, torna-se

mais pertinente optar por aquelas que apresentem uma maior capacidade de multiplicação de seus efeitos no conjunto da economia.

Conhecer as características das atividades econômicas básicas da região e as potencialidades que cada uma delas apresenta para o desenvolvimento regional é importante para compreender o quadro geral das possibilidades e dos limites existentes para a definição de estratégias de ação consistentes com a realidade. São necessárias diversas alternativas de aproveitamento dessas potencialidades, considerando a complexidade das conjunturas específicas e dos interesses envolvidos nos processos de desenvolvimento. Existem distintas possibilidades de resposta para as questões que envolvem o aproveitamento das potencialidades e a superação dos limites diagnosticados na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento regional.

Considerações finais

O processo de desenvolvimento da região noroeste do Rio Grande do Sul tem apresentado resultados inferiores às expectativas da sociedade regional e do potencial que suas lideranças vêm apontando. A dinâmica populacional, em que o número de habitantes parou de crescer no final do século XX e passou a decrescer no início do século XXI, especialmente devido à emigração de jovens e adultos em idade produtiva e reprodutiva para outras regiões em busca de oportunidades de trabalho e geração de renda, denota a existência de problemas complexos a serem melhor compreendidos.

Existe um acúmulo de estudos, debates e reflexões sobre as dificuldades enfrentadas pela região em seu desenvolvimento e possíveis alternativas de enfrentamento do quadro diagnosticado. As lideranças e as entidades representativas da sociedade regional têm contribuído com análises e proposições para a elaboração de programas e projetos de políticas públicas direcionadas a alterar essa realidade. Assim, o interesse pelo tema e a receptividade por novas análises foram motivações para este trabalho.

Com o objetivo geral de analisar a trajetória histórica da região em seus aspectos econômicos fundamentais e identificar potencialidades econômicas que possam servir de base para definição de alternativas estratégicas para o seu desenvolvimento, este estudo procurou contribuir com os seus resultados para aprofundar a reflexão e o debate. Neste sentido, ao analisar o processo de ocupação do território e povoamento da região, especialmente no tocante à constituição de sua estrutura econômica, procurou recuperar as raízes

históricas de algumas das características que definiram uma estrutura fundiária heterogênea e uma distribuição da população e das atividades econômicas bastante contraditórias no território regional.

Na análise da trajetória histórica do desenvolvimento regional, com especial atenção às transformações e redefinições de sua base econômica, identificou claramente o impacto que o processo de modernização da agropecuária teve na região. Ao alterar profundamente as condições tecnológicas da produção agropecuária, através da mecanização das lavouras e da introdução dos insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) e biológicos (híbridos, transgênicos, etc.), modificou as relações sociais de produção com conseqüências de largo espectro, até mesmo na paisagem da região. O surgimento de novos agentes econômicos, como os 'granjeiros' (empresários rurais produtores de trigo e de soja), que aparentemente fundiram os interesses econômicos dos estancieiros (latifundiários decadentes da pecuária extensiva) e dos colonos (agricultores com sérios limites de reprodução pela exigüidade de suas áreas de terra), alterou o cenário e a dinâmica de desenvolvimento regional, sem uma intervenção estatal mais direta, como seria uma reforma agrária, por exemplo. Tais circunstâncias produziram transformações e, também, redefiniram limites e possibilidades para novos desdobramentos.

A perspectiva teórica utilizada nesta análise considera que os problemas relevantes do desenvolvimento econômico de uma região devem ser observados a partir da capacidade que a mesma possui para se integrar aos grandes mercados mundiais, através da exportação dos produtos em que possui capacidade competitiva e da competência que possui para estruturar a sua economia interna em torno das atividades que elegeu para sua especialização.

Portanto, a identificação das atividades econômicas que constituem a base da economia regional e a análise de suas características principais constituem os elementos decisivos para compreender a natureza dos problemas existentes e as possibilidades que se apresentam para a sua superação. As diversas atividades econômicas que a região escolheu para dar sustentação ao seu desenvolvimento representam, em grande medida, as potencialidades e também os limitadores para o mesmo.

Assim, a triticultura, que foi o carro-chefe do processo de modernização da agropecuária regional entre 1950 e 1970, contribuiu para que ocorressem as profundas transformações econômicas, sociais e políticas daquele período. Entretanto, as dificuldades técnicas para a produção e os problemas mercadológicos que limitaram o potencial de

crescimento da atividade nos anos seguintes produziram efeitos negativos e limitadores para o desenvolvimento regional. A atividade continua tendo um peso econômico importante, mas as possibilidades da triticultura regional recuperar sua capacidade de competir com outras regiões produtoras e de se constituir numa força motriz com capacidade de impulsionar o desenvolvimento da região são muito escassas.

A atividade econômica mais importante da região noroeste atualmente é a produção de soja. Impulsionada pela forte demanda internacional a preços atrativos, apresentou um crescimento espetacular durante a década de 1970, passando a compor o chamado binômio trigo-soja, maior responsável por acelerar a mecanização das lavouras, modernizar o sistema de transportes, expandir a fronteira agrícola, incrementar o comércio internacional e acelerar o êxodo rural e a urbanização em diversas regiões do país. Sua expansão deslocou diversas atividades existentes, como a pecuária extensiva nos campos e a policultura de alimentos nas áreas coloniais.

Com uma produção anual de 8 a 9 milhões de toneladas, que implicam um Valor Bruto da Produção de aproximadamente R\$ 5 bilhões/ano para o estado e de R\$ 3 bilhões/ano para a região, tem um peso considerável para o desenvolvimento econômico e a continuidade dessa produção é de fundamental importância para a economia gaúcha e regional. Entretanto, o potencial que a atividade detém para impulsionar o surgimento de novas atividades econômicas e ampliar as possibilidades de acelerar a dinâmica da vida econômica é reduzido. As possibilidades de expansão da própria atividade, especialmente através do incremento da produtividade das lavouras cultivadas, apontam para um patamar de 11 milhões de toneladas anuais em cinco anos, uma vez que já atingiu seus limites de expansão horizontal.

Assim, os resultados da pesquisa apontam claramente para o fato de que a cultura da soja já fez sua contribuição para o desenvolvimento regional através dos estímulos que proporcionou para a modernização tecnológica da agropecuária regional nas décadas passadas e dos impulsos decorrentes para a expansão das atividades industriais e de serviços. As perspectivas de futuro apontam para uma diminuição da capacidade competitiva da região no mercado da soja, diante dos avanços verificados em outras regiões do país e uma série de limites para a expansão dos volumes e valores de produção local.

Considerando que o efeito multiplicador da soja é relativamente baixo, o potencial da atividade como impulsionadora do surgimento de novas atividades econômicas, capazes de contribuir decisivamente na

geração de mais emprego e renda, não é muito animador. As características da estrutura fundiária, bem como outros aspectos da realidade socioambiental da região, sugerem que a conversão produtiva de diversos segmentos da agropecuária regional para atividades mais intensivas e com cadeias de produção melhor integradas com as demais atividades econômicas gerariam benefícios consideráveis ao desenvolvimento econômico da região.

A pecuária leiteira é outra atividade econômica identificada como sendo de grande importância na região. Desde a época da ocupação do território a produção de leite estava presente, como subproduto da pecuária de corte nas áreas de campo, como elemento essencial na dieta dos colonos e, através do queijo e da manteiga, como produtos comercializáveis em mercados mais distantes. Novos capitais, que se somam aos que já estão em operação, estão realizando investimentos de grandes proporções na ampliação da capacidade produtiva da região, especialmente focados no mercado internacional de queijos, leite em pó e outros produtos lácteos. A expansão que se projeta não corresponde ao início de uma atividade nova, sobre a qual pouco se conhece, mas a ampliação de uma atividade tradicional da região, cujo potencial de expansão, que era contido por diversas razões, se explicita com muita clareza.

As condições de produção existentes na região indicam, claramente, para a possibilidade de ocupar os espaços de mercado que se abrem para a produção de leite. Os investimentos que estão sendo realizados indicam que existe um movimento consistente neste sentido. Os efeitos multiplicativos sobre a renda regional e sobre a demanda por produtos e serviços que a atividade apresenta podem ser de fundamental importância para movimentar outros setores da economia regional.

A suinocultura apresenta características semelhantes, pois, na medida em que está presente na economia regional desde o processo de colonização, foi integrante da dieta da população regional e forneceu a banha como mercadoria utilizada na obtenção de renda monetária para o pagamento dos lotes pelos colonos. A suinocultura colonial entrou em crise nos anos 1950, junto com todo o modelo produtivo da época, e ressurgiu nos anos 1980, com outros parâmetros tecnológicos e de organização da produção. Grandes empresas organizaram os sistemas integrados de produção, através dos contratos de integração, fornecendo todo o pacote tecnológico e o cronograma de produção, em conformidade com o seu planejamento de mercado. Em novas condições, a suinocultura retoma um grau de importância e se

apresenta com boas perspectivas de ser uma alternativa de diversificação da base exportadora da região.

Caso as perspectivas positivas de mercado a médio e longo prazo se confirmem para a carne de suínos e seus derivados, a região poderá mobilizar seus recursos com vistas a expandir a atividade e consolidar diversos elos da sua cadeia produtiva. As condições naturais existentes são plenamente favoráveis à expansão da atividade e as condições que precisam ser criadas para ampliar a competitividade da produção regional estão ao alcance dos agentes econômicos potencialmente interessados. Sem a necessidade de deslocar outras atividades agropecuárias existentes, a suinocultura poderá contribuir para a intensificação da densidade econômica da região pela geração de montantes significativos de Valor Bruto em unidades de produção que não dispõem de grandes áreas de terra disponível.

As articulações da cadeia produtiva da suinocultura possibilitam o desenvolvimento de atividades subsidiárias e complementares, muitas delas já existentes na região. É o caso da produção de grãos e da fabricação de rações, bem como de abatedouros e frigoríficos para processamento da matéria-prima e dos serviços ligados à comercialização e à exportação dos produtos finais.

Já a avicultura é uma atividade econômica que ainda apresenta pouca importância na região noroeste, mas que tem recebido muita atenção das lideranças e estrategistas como portadora de um potencial de contribuição ao desenvolvimento com base na experiência de regiões próximas e de municípios que fomentaram a produção. As características de seu sistema de produção, com a presença de grandes empresas exportadoras que organizam todo o processo produtivo, estabelecem contratos de integração, fornecem o pacote tecnológico e fazem o planejamento de mercado, são apontadas como fundamentais para a atividade se constituir numa nova potencialidade econômica da região.

A avicultura representa um potencial como alternativa de diversificação da base exportadora regional. Sem a necessidade de deslocar outras atividades agropecuárias existentes, poderá contribuir para a intensificação da densidade econômica da região pela geração de montantes significativos de Valor Bruto em unidades de produção que não dispõem de grandes áreas de terra disponível e, ainda, estimular o desenvolvimento de atividades complementares.

O estudo das características de cada uma das atividades econômicas básicas da região e das potencialidades que apresentam para o desenvolvimento regional foi importante para compreender o

quadro geral das possibilidades e dos limites existentes para a definição de estratégias de ação consistentes com a realidade. Propor estratégias de desenvolvimento consistentes implica aproveitar as características positivas de cada atividade e a atuação no sentido de contornar ou neutralizar os aspectos negativos ou limitadores.

Assim, na perspectiva apontada por Douglass North, a diversificação da base exportadora da região é de vital importância para a sustentabilidade do crescimento no longo prazo. A especialização econômica em uma única atividade só é aceitável num período inicial de desenvolvimento da região em que não há possibilidades de alcançar a competitividade em mais setores. A ampliação do leque de especializações (multiespecialização) é possível a partir do desenvolvimento de atividades subsidiárias ou complementares e que alcançaram os padrões de competitividade nos mercados externos, como é o caso da pecuária leiteira, da suinocultura e da avicultura na região.

Tão importante quanto diversificar as atividades motrizes do desenvolvimento regional é aproveitar mais e melhor o potencial de multiplicação dos efeitos positivos ancorados nas bases exportadoras. Cada atividade econômica integrante da base exportadora da região gera demandas para atividades complementares e subsidiárias que podem ser atendidas por iniciativas da própria região. Enquanto tais demandas estiverem sendo supridas majoritariamente pela importação, a renda gerada anteriormente apenas passa pela região sem produzir efeitos mais relevantes no desenvolvimento. Entretanto, quando a produção e a oferta de tais mercadorias forem internalizadas, haverá uma ampliação dos impactos no emprego e na renda local.

No caso específico da região noroeste do Rio Grande do Sul ainda há espaço para ampliar a integração dos sistemas produtivos, através da produção local de inúmeras mercadorias demandadas pelas atividades exportadoras, ou mesmo das necessidades gerais de consumo da população. É o caso, por exemplo, da produção de máquinas e equipamentos para a pecuária intensiva (leite, aves e suínos), que já são produzidos parcialmente na região, mas que ainda tem parcelas significativas de importação. Também é o caso da produção de alimentos para os animais, como sementes de forrageiras, feno, milho, rações, concentrados e outros produtos, bem como uma série de serviços especializados de assistência técnica à produção e à comercialização dos produtos.

Além das demandas diretas dos setores exportadores da economia regional, existem as demandas mais gerais da população,

cuja renda, ao invés de ser enviada para o exterior, pode viabilizar diversas atividades locais. Destacam-se, neste sentido, especialmente, a indústria da construção civil, as atividades de infraestrutura urbana, os serviços de saúde, educação, cultura e lazer. Uma parcela da renda da população, bem como valores oriundos de verbas públicas e programas sociais, são destinadas a esses setores.

A indústria da construção civil, atividade tipicamente local, tem importância econômica em qualquer região. Além de contar, normalmente, com empresas locais que geram quantidades significativas de empregos, a construção civil é uma consumidora de insumos para sua atividade. Parte dos componentes do consumo intermediário é importada e, desta forma, canaliza para o exterior uma parcela correspondente de recursos que poderiam gerar demanda para uma produção local. Certamente, aí existe um potencial, que precisa ser melhor dimensionado, mas que apresenta oportunidades para o desenvolvimento regional.

A prestação de serviços, especialmente de saúde e educação, normalmente é financiada de forma coletiva, com participação do setor público. Portanto, a estruturação de tais serviços através de hospitais qualificados, clínicas e laboratórios especializados, escolas, universidades e centros de pesquisa e formação de alto nível para acessar e utilizar as verbas públicas e os sistemas privados de financiamento constituem-se em potenciais de desenvolvimento para a região.

Uma gama de outras atividades que poderiam ser apontadas nessa direção e que apresentam as mesmas características de substituir a importação de mercadorias pela produção local. Afinal, não há uma contradição entre o esforço para consolidar uma nova atividade exportadora e o esforço para produzir internamente algo que era importado. Tão importante quanto gerar renda através da exportação de mercadorias é evitar que a renda existente seja simplesmente transferida para o exterior sem gerar impacto econômico local.

Também não se trata de propor a lógica mercantilista de exportar o máximo e importar o mínimo, com o objetivo de acumular um excedente monetário. Antes de tudo, é preciso compreender que as especializações são necessárias e importantes, de que nem todas as mercadorias poderão ser produzidas localmente e de que a competitividade no mercado externo só será possível em algumas atividades. Portanto, as especializações são fruto de escolhas dentre um rol de possibilidades e o critério superior de seleção é a existência de demanda efetiva, seja ela externa ou interna.

A demanda externa tem a vantagem de não depender do desempenho da economia local para se expandir (o que, para regiões periféricas, pode representar uma alternativa para romper com um círculo vicioso de estagnação), mas, depende das circunstâncias externas que podem sofrer alterações ao longo do tempo. Já a demanda interna, criada pelo desenvolvimento de atividades exportadoras ou pela renda que as mesmas expandiram, representa oportunidades de produção naqueles setores em que há potencialidade de fazer surgir e se desenvolver unidades produtivas com competitividade.

Por fim, é preciso considerar que as relações sociais de produção estão em permanente transformação, alterando continuamente as condições de competitividade. Torna-se fundamental para o desenvolvimento de uma região a capacidade empreendedora de seus agentes econômicos e a competência de seus sistemas de inovação. Em conformidade com as perspectivas apontadas por Schumpeter, descobrir novos mercados, encontrar novas fontes de matéria-prima, elaborar novos produtos, criar novos métodos de produção ou articular novos arranjos organizacionais são virtudes decisivas dos empreendedores para o desenvolvimento de seus negócios.

Não se trata apenas de uma afirmação genérica e bem intencionada. É preciso estar atento para manter os diferenciais de competitividade que a região possui sob pena de, ao perdê-los, sofrer as conseqüências de uma concorrência indesejável. Assim como, é necessário estar atento as possibilidades de explorar novos diferenciais em atividades até então pouco interessantes. Assim, além da competência individual dos sujeitos econômicos da região, é possível apontar iniciativas coletivas, associadas às políticas públicas, que podem contribuir para criar ou ampliar tais competências. É o caso do fomento às agências de desenvolvimento, aos escritórios de projetos, às consultorias econômicas, aos centros de pesquisas, aos institutos tecnológicos.

Referências bibliográficas

ALVES, L. R. **Distribuição das atividades econômicas e desenvolvimento regional em mesorregiões selecionadas do sul do Brasil: 1970 a 2000**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. 2008. 183p.

ASSIS, A. G. et al. **Sistemas de produção de leite no Brasil**. Juiz de Fora (MG): Embrapa Gado de Leite. Circular Técnica 85. Dezembro, 2005.

BASSO, D. ; SILVA NETO, B. (Org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**. Ijuí : Ed. UNIJUI, 2005. - 307 p.

BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. **Respostas regionais aos desafios da Globalização**. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2002. 308p.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1997. 147p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio mundial e Brasil 2006/07 a 2017/18**./ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Assessoria de Gestão Estratégica. – Brasília: MAPA/AGE, 2008. 58 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Dinâmica da produção de trigo no Brasil no período de 1975 a 2003**. Passo Fundo: EMBRAPA, 2006. 39p. (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 36). Disponível em <http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr/>)

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988. 200p.

CALLAI, J. L. **COTRIJUI : 50 anos de história**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2007. 192 p.

CONAB. **Preços agropecuários e custos de produção**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: abr. 2009.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L. (Org.). **Planejamento estratégico territorial: a experiência de planejamento do desenvolvimento na região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul - Brasil**. Ijuí: Ed. UNIJUI. 2006. 160p.

DALL´AGNOL, A. et al. **O complexo agroindustrial da soja brasileira**. Londrina, PR : Embrapa Soja. 2007. 12 p. (Circular Técnica 43)

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 - 1985**. São Paulo: Ícone - UNICAMP, 1985. 240p.

DUDERMEL, T. **A política agrícola e diferenciação da agricultura do Noroeste do Rio Grande do Sul**. Ijuí : UNIJUI, 1993. - 56 p.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Salvador : EDUFBA. 2007. 328p.

FAO – Food Agriculture Organization. Estatística, Disp.: <http://faostat.fao.org/default.jsp> Acesso em jan. 2009

F.E.E. **Dois décadas da produção e do produto da agropecuária do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1986. 3 tomos.

F.E.E. **A agricultura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE. 2.ed. 1982. coleção: 25 anos de economia gaúcha v.3 e 5.

FRANTZ, T. R. **As granjas de trigo e soja: gênese e evolução de um grupo de agricultores no planalto do Rio grande do Sul - Brasil**. Paris: Universidade de Paris I – Sorbonne, 1980. Tese de Terceiro Ciclo.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 9 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986. 344p.

GIROTTO, A. F.; MIELE, M. **Situação atual e tendências para a suinocultura brasileira nos próximos anos**. Suinocultura Industrial, v. 184, p. 14-25, 2005.

IBGE - **Banco de Dados Agregados**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> . Acesso em março 2009.

IPEADATA. **Dados macroeconômicos e regionais**. Disp. em: <http://www.ipeadata.gov.br> Acesso em: 15 mar. 2010.

IPARDES. **Análise da competitividade da cadeia agroindustrial de carne suína no Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2002. 239 p.

KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985. (Os Economistas).

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro, e da moeda**. São Paulo. Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

LAZZAROTTO, D. **História do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1998. 212p.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. 402p.

LESSA, L. C. B. **Rio grande do Sul: prazer em conhecê-lo.** Rio de Janeiro: Globo, 1984. 212p.

MIELE, M. **Cadeia produtiva da carne suína no Brasil.** Apresentação Oral. 2006. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/6/97.pdf>. Disponível em http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_mes_frenteira).

MIELE, M. & WAQUIL, P. D. **Dimensões Econômicas e Organizacionais da Cadeia Produtiva da Carne Suína.** Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2006. 35p. (Embrapa Suínos e Aves. Documentos, 110).

MINETTO, T. J. **Custo de produção: lavouras em plantio direto.** Porto Alegre : FECOAGRO, 2007. 34 p. (Estudo N° 66 – Outubro de 2007).

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: HUCITEC-EDUC, 1989. 149p.

NORTH, D. C. *Location theory and regional economic growth.* Journal of Political Economy, Chicago, III., US: University of Chicago Press, n. 43, p. 291, jun. 1955. (versão em português em SCHWARTZMAN, 1977).

NORTH, D. C. *Agriculture in regional economic growth.* Journal of Farm Economics, Lancaster, Pa., US: American Farm Economic Association, v.4, n.5, p. 333, dec. 1959. (versão em português em SCHWARTZMAN, 1977).

PAIVA, C. A. **Smith, Kalecki e North e os fundamentos de uma teoria geral do desenvolvimento de regiões periféricas em transição para o capitalismo".** In: *Anais do II Encontro de Economia Gaúcha.* Porto Alegre: CD-Rom FEE/PUC-RS (www.fee.rs.gov.br).

PAIVA, C. A. **Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?** Porto Alegre: FEE, 2004. 140 p.: tab. (Documentos FEE; n. 59).

PAIVA, C. A. **Por que alguns municípios gaúchos crescem tanto e outros tão pouco? Um estudo sobre a evolução das desigualdades**

territoriais no RS entre 1970-2000. Porto Alegre: FEE, 2008. 30 p.: tab. (Textos para Discussão FEE; n. 35).

PEDRALLI, V. R. et al. **Elementos da base exportadora da mesorregião leste paranaense e seu multiplicador de emprego.** Revista REDES. Universidade de Santa Cruz do Sul. – Vol. 9, n. 3 (set/dez. 2004) - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p 197-216.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul.** 4ªed. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1985. 142p.

PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ROTTA, E. **A construção do desenvolvimento: análise de um modelo de integração entre o regional e o global.** Ijuí: Ed. UNIJUI, 1999. 188p.

SANTINI, G. A.; SOUZA FILHO, H. M. **Mudanças tecnológicas em cadeias agroindustriais: uma análise dos elos de processamento da pecuária de corte, avicultura de corte e suinocultura.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais.** Cuiabá, SOBER, 2004. p.1-12.

SCP/RS - Secretaria da Coordenação e Planejamento do RS. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/ATLAS/default.asp> Acesso em fev. 2007.

SCHNEIDER, A. **O impacto da globalização na cadeia suinícola da região noroeste colonial: o caso do frigorífico COTRIJUÍ.** Ijuí: Ed. UNIJUI. 2004. – 158p.

SCHUMPETER J. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Abril Cultural 1982;

SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos.** Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

SILVA NETO, B. et al. **Estudo dos sistemas de produção agropecuários da região de Três de Maio/RS.** Ijuí: Ed. UNIJUI. Série Relatórios de Pesquisa, 1997.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** 2ªed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 162p.

TRENNEPOHL, D. **O processo de desenvolvimento recente da agropecuária gaúcha**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1997. 168p. Dissertação de Mestrado.

TRENNEPOHL, D.; ALVES, L. R.; FLORES, A. J. **Análise das características regionais e setoriais da evolução do valor bruto da produção agropecuária municipal no Rio Grande do Sul entre 1970 e 1996**. In: PAIVA, Carlos Aguedo Nagel (Org.). *Diferenciais de Desempenho - RS em Mapas e Dados*. Porto Alegre: FEE, 2007.

USDA. **Foreign Agricultural Service**. Disponível em: <http://www.fas.usda.gov>. Acesso em abr. 2009.

VEIGA, J. E. **Potencial de cooperação e articulação no desenvolvimento rural**. São Paulo: USP, Cadernos do CEAM, ano V, nº 23, janeiro 2006. pp. 221-278

VERCELLI, A. **Preferência pela liquidez e o valor de opção**. Campinas: UNICAMP, Revista Economia e Sociedade, junho 1999. pp. 21-40

WEYDMANN, C. L. **O padrão concorrencial na agroindústria suína e as estratégias ambientais**. In: GUIVANT, J.; MIRANDA, C. (Org.). *Desafios para o desenvolvimento sustentável da suinocultura*. Chapecó, [s.n.], 2004, v. 1, p. 173-199.

WILKINSON, J. **O futuro do sistema alimentar**. São Paulo : HUCITEC, 1989. 142p.

ZARTH, P. **História agrária do Planalto Gaúcho 1850 – 1920**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1997. 208p. Coleção Ciências Sociais.

ZOCCAL, R. ; CARNEIRO, A. V. **Uma análise conjuntural da produção de leite brasileira**. Juiz de Fora/MG: CI Leite/MAPA/EMBRAPA/SEAPA-MG. Panorama do Leite on line, nº 19, maio de 2008.